

V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal



V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal

**FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MEDA,
PINHEL E VILA NOVA DE FOZ CÔA,
13 A 16 DE MAIO DE 2009**

Dando continuidade aos congressos que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar, realizou-se entre 13 e 16 de Maio de 2009 o 5.º Congresso de Arqueologia, que procurou divulgar e debater a investigação que decorre na região. A Direcção Regional de Cultura do Norte juntou-se à iniciativa, promovendo a edição das Actas das Sessões, essencial para a real divulgação dos conteúdos, valorização do património e dos conhecimentos.

Sessões:

- Arte Rupestre e Pré-História
 - Proto-História e Romanização
 - O Período Medieval e Pós-Medieval
 - Museus e Dinâmica Cultural das Regiões
-

Organização do Congresso:

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Apoio à Organização e Entidades financiadoras:

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Câmara Municipal de Meda
Câmara Municipal de Pinhel
Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Entidades financiadoras da Edição:



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

Fotografias capa:

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA,
DALILA CORREIA,
JOÃO ROMBA,
JOSÉ PAULO RUAS,
MÁRIO REIS

JPR	JPR	JPR	JR
JR	JPR	JPR	JPR
DC	AMB	JPR	MR

Em 2003 a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão organizou o primeiro Congresso de âmbito regional que viria a ter continuidade nos anos seguintes. Em 2006, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Centro Nacional de Arte Rupestre associaram-se à organização e as três entidades, com o decisivo apoio dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, organizaram o 3.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. O Congresso decorreu entre 16 e 18 de Maio de 2006 naqueles três municípios, integrando 6 sessões. As actas foram publicadas numa edição viabilizada pela AIBT do Vale do Côa.

O 4.º Congresso revestiu-se de um formato diferente, um Fórum de Valorização e Promoção do Património Regional, que teve lugar nos dias 28, 29 e 30 de Junho de 2007, nos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, os quatro concelhos que integram o Parque Arqueológico. As actas foram publicadas pela ACDR de Freixo de Numão, com financiamento da AIBT do Vale do Côa e das autarquias envolvidas.

Em 2009, de 13 a 16 de Maio, realizou-se, nos mesmos municípios, o 5.º Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal, organizado pela ACDR de Freixo de Numão e Parque Arqueológico do Vale do Côa cujas actas são agora dadas à estampa pela Direção Regional de Cultura do Norte.



título

Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal

coordenação

Miguel Areosa Rodrigues
Alexandra Cerveira Lima
André Tomás Santos

autores

AA VV

capa

Ana Sarmento

composição gráfica

Ana Sarmento

data de edição

1.ª edição, Dezembro de 2011

ISBN

978-989-658-184-8

depósito legal

?????/??

edição



Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26 – R/c Drt.º

2605-756 Casal de Cambra · Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTE

Apoios



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO	9
PROSPECÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO CÔA: PONTO DA SITUAÇÃO EM MAIO DE 2009 Mário Reis.....	11
CRUZANDO OCUPAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS E ARTE RUPESTRE NO VALE DA RIBEIRA DO MOSTEIRO: DADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA S.S. Figueiredo, R. Gaspar, P. Xavier	125
UMA OCUPAÇÃO DO NEOLÍTICO FINAL/CALCOLÍTICO NA QUINTA DE SÃO TIAGO (DOMINGUIO – COVILHÃ) Júlio Manuel Pereira, António Sérgio dos Santos Pereira	161
AS CERÂMICAS DO TERCEIRO E SEGUNDO MILÉNIOS A. C. DE CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA) Ângela Carneiro.....	187
INDÍCIOS DE VITRIFICAÇÃO DA MURALHA PROTO-HISTÓRICA DO SABUGAL VELHO Marcos Osório, Paulo Pernadas.....	219
OUTEIRO LESENHO (BOTICAS): INTERVENÇÕES RECENTES NO POVOADO PROTO-HISTÓRICO Carla Maria Braz Martins, Gonçalo Passos Correia da Cruz, João Fonte	239
ARTE RUPESTRE DE BRITEIROS. INVESTIGAÇÃO E POSSÍVEL MUSEALIZAÇÃO Gonçalo Passos Correia da Cruz, Daniela Dolores Faria Cardoso	255
UMA “NOVA VIA” NA VELHA REDE VIÁRIA ROMANA DE MANGUALDE António Luís Marques Tavares	273
EXPLORAÇÕES AURÍFERAS NO ALTO DOURO PORTUGUÊS (ENTRE A FOZ DO RIO TUA E BARCA DE ALVA) Francisco Sande Lemos, Carla Maria Braz Martins	293
“PELA BEIRA INTERIOR NO SÉCULO I D. C. – DAS CAPITAIS DE <i>CIUITATES</i> AOS <i>UICI</i> , ENTRE O PÔNSUL E A ESTRELA” Pedro C. Carvalho	317

VALE DO MOURO (CORISCADA – MÊDA) – PONTO DA SITUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE 2003 A 2009 António Sá Coixão, Tony Silvino, Pedro Abrunhosa Pereira	335
O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE S. GENS (SANTA MARIA, CELORICO DA BEIRA) – NOTÍCIA PRELIMINAR DA CAMPANHA DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADA EM 2008 António Carlos Marques, Catarina Tente	339
O MONTE DA SR. ^a DO CASTELO EM TEMPOS MEDIEVOS. ANÁLISE DO ESPÓLIO EXUMADO Carla Maria Braz Martins	357
GEOGRAFIAS E ESTRATIGRAFIAS INTERPRETATIVAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS PAÇOS (SÉCS. XV-XVI) Salete da Ponte, Rui Ferreira, Maria José Bento	379
A ARQUEOLOGIA ICONOGRÁFICA DA (I) MATERIALIDADE DOS ARTEFACTOS CERÂMICOS DA “PEDRO DIAS” Salete da Ponte, Judite Miranda, Ricardo Triães, Rosa Vieira	387
A ABERTURA DO TÚNEL DE LA CARRETERA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DO DOURO EM TERRITÓRIO SALMANTINO: ABROLHOS E SOLUÇÕES COM UM TERRÍVEL DESASTRE DE PERMEIO Carlos d’Abreu, Emilio Rivas Calvo	397
O CINEMA NO DISTRITO DA GUARDA – NOTAS PARA UMA ARQUEOLOGIA DA COMUNICAÇÃO António Alberto Rodrigues Trabulo	439
ESBOÇO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA PARA O MUSEU DO CÔA Marta Mendes	463
PROJECTO DE CRIAÇÃO DE NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS E/OU CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA ÁREA DOS CONCELHOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA E MÊDA António do Nascimento Sá Coixão, Sandra Naldinho	479
O MUSEU DO SABUGAL E O SEU PAPEL NA DINÂMICA CULTURAL DO VALE DO CÔA Carla Augusto, Jorge Torres	507
AS EXPECTATIVAS DA “RENTABILIDADE SOCIAL” DA PAISAGEM NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO DAS “PAISAGENS/ESPAÇOS CULTURAIS” José Paulo Francisco	519
CARTAS ARQUEOLÓGICAS E CARTAS PATRIMONIAIS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL. A PERTINÊNCIA, OU NÃO, DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? Fernando Pau-Preto	533

ESBOÇO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA PARA O MUSEU DO CÔA

Marta Mendes

Resumo

O artigo que aqui apresentamos resulta de um trabalho académico elaborado no âmbito do seminário “Educação pelos Museus”, inserido no mestrado de Museologia da Universidade de Coimbra. O nosso objetivo é a definição de uma política educativa para o Museu do Côa. Essa política deverá refletir-se num projeto educativo e numa programação efetiva de atividades.

Abstract

This text is the result of an academic work in the context of a master degree’s seminar in Museum Education. Our aim is the definition of an educational policy for the Côa Museum. This general policy shall be translated in an educational project and in the definition of activities programmed for the different audiences.

1. Apresentação

O artigo que aqui apresentamos resulta de um trabalho académico elaborado no âmbito do seminário “Educação pelos Museus”, inserido no mestrado de Museologia da Universidade de Coimbra. A intenção é a definição de uma política educativa para o Museu do Côa. Política essa que se deverá reflectir num projecto educativo e numa programação efectiva de actividades.

A nossa maior dificuldade deve-se ao facto de não conhecermos uma definitiva declaração de intenções para este museu, tanto a nível de gestão como de articulação real e efectiva dos objectivos do museu com os do sector educativo¹.

Utilizámos, assim, o conhecimento e experiência que temos em receber o visitante do Vale do Côa no Parque Arqueológico (PAVC), avançando com um esboço de política educativa para o museu, propondo desde já essa articulação com a política global, lançando assim as bases para o futuro sector de educação ou serviço educativo, como quer que venha a ser denominado.

Após uma primeira parte que contextualiza a função actual da educação nos museus e define as linhas gerais a que deve obedecer uma política educativa, seguiremos para a concretização dessas linhas no Museu do Côa, considerando diversos aspectos, desde o enquadramento pedagógico à avaliação. Esta política deverá ser aplicada a todos os projectos educativos a desenvolver pelo sector de educação, com as naturais adequações e actualizações.

A razão pela qual decidimos apresentar já algumas propostas para actividades deve-se ao facto de considerarmos importante promover um primeiro impulso criativo, aplicando a algumas actividades as linhas teóricas definidas.

2. Introdução

2.1. A função educativa dos museus

A natureza e a abrangência da função educativa dos museus modificaram-se de forma relevante nos últimos anos, mais concretamente, em Portugal, nos últimos cinco anos.

¹ O presente estudo foi realizado em 2008, numa altura em que o Museu do Côa se encontrava em construção e se desconhecia ainda as intenções da tutela para a função educativa desta estrutura. No início de 2012, realizam-se um conjunto de atividades, em grande parte por nós definidas para o Parque Arqueológico, mas com algumas lacunas na estruturação da política educativa, tendo em conta a nova realidade do Museu.

Passámos de uma actividade educativa, que consistia essencialmente em visitas guiadas a grupos escolares ou grupos organizados de adultos, para uma diversidade de actividades, que vão desde as simples visitas orientadas às oficinas pedagógicas. Acompanhou esta evolução o educador ou técnico de serviço educativo do museu, que tem agora um papel mais interventivo. Não se limitando a ser um monitor, trabalha agora na organização de exposições, no planeamento de estudos de público e na organização de todo o tipo de sessões educativas, tal como na adaptação de teorias e modelos educacionais aos museus, estabelecendo o perfil do profissional de educação dentro da instituição museológica. Para se cumprir esse papel e aplicar o que deve ser uma visão global do potencial educativo do museu, devemos considerar três conceitos significativos: educação, interpretação e comunicação (Hooper-Greenhill, 1999: 3).

A educação nos museus tem vindo a dar uma ênfase cada vez maior à aprendizagem como processo activo e partilhado de construção de significados, para o mundo que nos rodeia. Os museus são espaços de sociabilidade que potenciam a troca de ideias e promovem uma aprendizagem social, complexa e global, conjugando os contextos pessoal, social e físico, a trilogia que nos permite aprender a guardar memórias.

Trabalhar com grupos, jovens ou menos jovens, é sempre desenvolver futuros públicos atentos, críticos, informados e criativos. É também um estímulo ao desenvolvimento de estratégias múltiplas e apelativas, capazes de criar espaços de partilha significativos, que perdurem muito para além do momento em que ocorrem. Aliar o lúdico ao educativo é aliar o prazer à aprendizagem, é estimular o sentido da descoberta e da aceitação de desafios: lançar questões, fazer uso dos vários sentidos, desenvolver diferentes tarefas, criar diversos objectivos, comparar fontes diferenciadas e potenciar diferentes estilos de aprendizagem.

Um olhar curioso, atento e inquiridor, aliado a uma boa capacidade de investigação e de resolução de problemas de forma criativa, são ferramentas fundamentais de qualquer sector de educação de um museu.

Uma pedagogia museológica levada a cabo de forma crítica é uma abordagem educacional que promove a excelência e a democratização dos museus, através do desenvolvimento de métodos e estratégias adequadas (Hooper-Greenhill, 1999: 4).

Segundo Piaget, todo o conhecimento resulta da reorganização de um conhecimento anterior, e toda a nova aquisição que tenha a marca da novidade é posta em relação com aquilo que foi adquirido previamente. Neste sentido, o conhecimento é o resultado da relação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido (Silva, 2003: 21). É desta noção da aprendizagem, como um processo activo resultante da dialéctica sujeito/objecto/contexto, que partimos para a consideração de vários aspectos importantes para a concepção de actividades de museus, capazes de propiciar aprendizagens efectivas.

2.2. A política educativa no museu

Por política educativa entende-se a perspectiva sobre o papel da função educativa a desempenhar, as linhas orientadoras dessa perspectiva, os recursos e as estratégias dela resultantes e a função atribuída à educação no âmbito da instituição e sua missão.

Uma política é também um instrumento de gestão, que define o carácter de um serviço, traça objectivos e normalmente beneficia o progresso e o cumprimento das missões das instituições. Uma política educativa aumenta o nível de satisfação, melhora os serviços, atrai novos visitantes, poupa tempo, produz programas educativos e ajuda a criar o perfil do museu. Esta definição baseada nos trabalhos de Eilean Hooper-Greenhill (1991) parece-nos ser a base de onde devem partir todos os projectos educativos em museus.

Para a definição da política educativa de uma instituição, teremos que ter em conta a função por esta atribuída à educação. Essa política tem de estar em consonância com os objectivos específicos da instituição, bem como com a sua orientação no que diz respeito à comunicação (Hooper-Greenhill, 1991:9).

O primeiro passo consiste em identificar os pressupostos pedagógicos e a função do serviço de educação: que tipo de mensagem pretende transmitir, o tipo de experiência que pretende oferecer, os princípios reguladores do próprio serviço e a articulação dos projectos, recursos físicos, humanos e financeiros.

Terão ainda de se colocar uma série de questões, e é a essas questões que temos de saber responder em termos de prática pedagógica: Que estratégias se irão desenvolver? Necessitamos de formação? Dominamos um circuito de distribuição? Como se pode assegurar a divulgação de forma permanente? Que equipa? Que orçamento? Que sustentabilidade? Que suportes? Que métodos de avaliação?

Ambas as políticas, a global e a de educação, são elaboradas a partir da missão declarada pela instituição. A declaração de intenções de uma política tem ainda de tornar claro quais os públicos que pretende atingir.

Em última instância, o objectivo é tornar a instituição num organismo que permita uma verdadeira aprendizagem e que assegure que os seus visitantes sejam provenientes de todos os sectores da sociedade, e não só dos tradicionais grupos minoritários. Devemos também assegurar que toda a estrutura se torne parte integrante ou, pelo menos, parte informada dos objectivos e das actividades que se pretendem desenvolver: “não pode haver um fosso nem entre a retórica e a realidade, nem entre o topo e a base da estrutura do museu, de modo a que os obstáculos sejam removidos e que toda a equipa e investigadores sejam implicados no processo” (Fleming, 2002: 27).

3. Definição de uma política educativa para o Museu do Côa

3.1. O património e o espaço

Pela visão que possuímos hoje, a arte rupestre do Vale do Côa distribui-se por núcleos diferenciados ao longo dos 20 km do curso final do rio Côa. Estes núcleos não se restringem apenas às margens do Côa. Na verdade, encontramos ainda vários outros núcleos nos vales afluentes do Douro junto à foz do Côa.

A esmagadora maioria das gravuras localiza-se em painéis verticais de xisto. A gravação nestes painéis iniciou-se durante o Paleolítico superior, consistindo assim no maior e mais importante sítio de arte paleolítica ao ar livre do mundo. Os objectos de representação são: grandes mamíferos, principalmente herbívoros (cavalos, auroques, cabras, veados...), rara representação humana e presença em percentagem menor de um conjunto de signos ou símbolos de difícil interpretação. Por outro lado, a forma de representação dos animais é diversificada: visão lateral, vista torcida dos chifres, barrigas “grávidas” e ausência da linha do solo. Denota-se ainda a ausência de representação de qualquer tipo de cenário que inclua vegetação, características de relevo ou cenas com participação de humanos (Zilhão *et al.*, 1997; Baptista, 1999). Para além deste notável conjunto da arte mais antiga da Humanidade,



Fig. 1 – Vista do alçado do futuro museu.

que valeu a integração do Vale do Côa na Lista do Património Mundial da UNESCO, os painéis de xisto locais apresentam também vestígios de pintura e gravura do Neo-Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro e da Épocas Moderna e Contemporânea.

O Museu do Côa foi inicialmente (1996) pensado para ter a sua localização na Canada do Inferno, nos despojos das obras da barragem do Côa. Pensado, também, para albergar no seu edifício informação sobre o todo o património acima referido que não está disponível ao público, na sua totalidade.

Posteriormente, em 2002, o projecto foi reavaliado por um novo poder político e deslocado para uma encosta sobranceira à confluência dos rios Douro e Côa, no Vale de José Esteves, na zona norte do Parque Arqueológico Vale do Côa, com uma área de seis mil metros quadrados, com 190 metros de cumprimento (Real, 2004).

Este novo Museu (fig. 1), ou o seu projecto arquitectónico, foi considerado pelo júri “uma solução arquitectónica extraordinária e carismática”, capaz de “responder com clareza e intensidade aos valores da paisagem e do território” (Lusa, 08/01/2007).

A intervenção parte da ideia de fazer o museu a partir da paisagem, bem como de outros pressupostos: lidar com uma topografia acentuada, solucionar questões práticas como as acessibilidades e fazer uso justificado de certos materiais (betão e xisto).

A inauguração e funcionamento em pleno deste museu poderão trazer ao mundo da museologia um modelo inovador: um Museu (edifício) mais convencional que se junta a um território de um parque arqueológico. O Parque continuará a ter a função de gerir o território, de investigar o contexto e a arte rupestre do Vale do Côa, produzindo assim os novos conteúdos expositivos.

3.2. Objectivos articulados da política global/política educativa

Ponto essencial numa política educativa é a sua articulação com a política global do museu. Como, no nosso caso, não temos para já acesso a essa política global, esboçamos uma articulação de objectivos, em termos teóricos, mas passíveis de aplicação.

Quadro 1 – Objectivos articulados da política global/política educativa
(adaptado de Hooper-Greenhill, 1991)

Política Global do Museu		Política Educativa
Colecção	Investigação, documentação e conservação	Informar o público como se investiga, documenta e conserva; Orienta a planificação do SE que deve ter acesso às peças em reserva, objectos expostos, exposições itinerantes, toda a programação.
	Mostra e interpretação	Tornar as informações acessíveis, por meios audiovisuais, escritos ou outros, para todo tipo de grupos.
	Acessibilidades	Assegurar as acessibilidades para todo o tipo de visitantes.





Equipa	Recrutamento	Todo o pessoal deve estar informado e envolvido no projecto educativo.
	Formação	Pelo menos um membro tem de ter qualificações e formação pedagógica.
	Consultoria	Todos os técnicos do SE têm de ter formação interna e externa na área, para além de conhecimento dos currícula escolares; Poderá existir um especialista externo ao museu.
Investigação	Prioridades	Dever-se-á ter sempre em mente a função educativa do museu.
	Publicações	As publicações deverão ser destinadas a diversos públicos; Deve existir uma relação com instituições educacionais para desenvolvimento de projectos.
Visitantes	Envolvimento	Devem ser consultados sobre as suas preferências educativas em museus e convidados a avaliar programas.
	Actividades organizadas	Disponíveis para todas as idades e capacidades; Devem responder às necessidades das escolas; Deve existir um eficiente serviço de marcação e de monitorização; Espaços para educação formal.
	Instalações	Os critérios para a escolha do <i>merchandising</i> devem ter em conta o seu valor educacional; Salas para trabalho de direcção e secretariado, sala de colaboradores e investigadores; oficinas, armazenamento, outros espaços de interesse lúdico.
Gestão		Estar consciente do papel educativo; Deve apoiar o trabalho dos serviços educativos do museu; O Director deve preparar uma política do museu que tenha em conta todos os parâmetros anteriores.

3.3. Enquadramento pedagógico

Fora do sistema formal de aprendizagem, o museu não é uma escola nem uma enciclopédia. A presença de objectos autênticos, a experiência multi-sensorial e vivencial proporcionada por estes e pelo próprio ambiente em que se inserem, a possibilidade de estabelecer uma relação material com a sua tridimensionalidade, a possibilidade de poder trabalhar, a partir destes mesmos objectos, as experiências e motivações que os visitantes trazem consigo, a ausência de um sistema de aprendizagem e avaliação formal, são factores que fazem da aprendizagem neste espaço uma realidade única.

A experiência vivida no museu e a percepção que o próprio visitante tem dela são resultado da interferência e conjugação de um conjunto variadíssimo de factores: o espaço arquitectónico, o acolhimento por parte dos profissionais, a disponibilização de programas ou actividades capazes de enquadrar diferentes objectivos de visita, o *design* expositivo, a informação e a sinalização disponíveis, o número de espaços de descanso e de lazer, as lojas ou cafetarias dentro do museu.

A necessidade de uma teoria de educação, que enquadre a forma como o museu concebe o conhecimento e a forma como os indivíduos apreendem, é um elemento de base

para a criação de programas educativamente efectivos e capazes de responder à diversidade das audiências.

O campo da educação nos museus tem vindo a consolidar as teorias da aprendizagem construtivista, segundo as quais, o sujeito é activo na construção e interpretação das suas experiências educacionais.

Esta perspectiva faz recair sobre o próprio aprendiz a responsabilidade pela sua aprendizagem, remetendo para o educador e para a instituição educativa o papel de criar os ambientes e condições mais apropriados ao desenvolvimento e construção de capacidades, funcionando, assim, como facilitadores e potenciadores do processo, mais do que a fonte única dos conhecimentos.

A maioria dos estudos actuais aponta para o facto de que os indivíduos chegam a uma visita, ou a uma actividade, com uma série de interesses prévios. A experiência de vida, os seus conhecimentos, ou mesmo o grupo em que vêm inseridos, são apenas alguns exemplos de factores que vão condicionar a experiência da actividade.

Qualquer situação de aprendizagem deverá ser precedida por uma actividade de diagnóstico inicial que seja capaz de determinar os conhecimentos prévios, partindo deles e incorporando-os nas futuras aprendizagens. Estes conhecimentos prévios são, no fundo, uma espécie de lugar de onde partimos e interpretamos o que nos rodeia (Hernandéz Hernández, 2000).

A noção de diagnóstico de que falamos aqui prende-se com a identificação e construção de pontos de partida, mais do que do que com a determinação de conhecimentos em termos de conteúdos programáticos.

A utilização de elementos lúdicos é uma estratégia de desenvolvimento da curiosidade e sentido de descoberta, potenciadora de aprendizagens efectivas. A aprendizagem lúdica tem efeitos duradouros e propicia memórias significativas na experiência da criança e do jovem.

Devemos, por tudo isto, dialogar, partilhar opiniões e perspectivas, comparar, recordar, associar, classificar e interrogar. Trabalhar a partir de:

Problemáticas $\Rightarrow$ introdução diagnóstico $\Rightarrow$ fio condutor $\Rightarrow$ síntese final

A aprendizagem deverá processar-se através de exercícios de interpretação que tenham em conta não só os conhecimentos prévios, mas também e sobretudo, a ideia de que as estratégias usadas para aprender suscitam uma diversidade de versões.

A noção de que se aprende fazendo, o conceito *hands-on*, tem implicado a concepção de exposições e de actividades que permitam e promovam a interacção com os objectos. No entanto, se a interactividade é um factor importante (e muitas vezes indispensável) em qualquer processo de aprendizagem, autores como Hein, (1998) têm chamado a atenção para a sua insuficiência, quando usada por si só.

Fazer não é, necessariamente, sinónimo de aprender, se a acção requerida não se inserir num desafio de tipo cognitivo, que levante questões e dote a experiência de sentido.

E, nesta linha, a realização de tarefas dentro do museu (apertar botões, fazer girar manivelas, puxar alavancas) não promove por si só o desenvolvimento de esquemas explicativos do tipo causa-efeito, não tem forçosamente de conduzir a aprendizagens efectivas.

Em suma, para poderem promover uma verdadeira aprendizagem, as actividades educativas necessitam de envolver a mente (*minds-on*), tanto quanto as mãos (*hands-on*).

Observações realizadas em museus por Falk e Dierking (2000) e Hein (1989) têm demonstrado que alguns dos comportamentos mais verificados nas crianças, quando deixadas livremente, são de aparente dispersão e de interacção social, explorando os objectos expostos, dando primeiro importância ao espaço envolvente em detrimento dos conteúdos. Daí a importância de criar um ambiente envolvente e acolhedor na chegada ao museu e aos espaços dedicados às actividades educativas.

Seguem-se alguns aspectos que deverão ser tomados em consideração no momento da concepção e implementação de actividades:

- ▶ Cada visitante aprende de modo diferente, interpreta a informação através dos seus conhecimentos anteriores, experiência e crenças;
- ▶ Todos os visitantes personalizam a mensagem do museu;
- ▶ Cada visitante chega ao museu com expectativas e uma agenda a cumprir;
- ▶ Muitos visitantes fazem parte de um grupo social. O que observam, fazem e recordam é mediado pelo grupo social em que se incluem;
- ▶ Os visitantes vão aos museus porque estes contêm objectos que não fazem parte do seu quotidiano;
- ▶ Os visitantes são influenciados pelos aspectos físicos do museu;
- ▶ A atenção do visitante depende da localização do objecto e da orientação facilitada pelo museu;
- ▶ As visitas ao museu são entendidas como actividades sociais: os visitantes vêm acompanhados por amigos, professores, família;
- ▶ Os profissionais do museu têm um grande impacto na qualidade da experiência museal;
- ▶ A maioria dos museus apresenta tamanha riqueza de estímulos que o visitante pode sentir-se cansado devido ao contínuo estímulo dos sentidos.

3.4. Recursos

Com o objectivo de desenvolver o departamento de educação, o museu deve providenciar os recursos para o desenvolvimento do programa de exposições, tal como programas de avaliação dos mesmos. Deve também envolver a educação no planeamento de todas as actividades (Hooper-Greenhill, 1991: 29).

Há que considerar diversas categorias de recursos. A colecção é o recurso mais importante da instituição, por isso orienta a planificação. Este serviço deve ter acesso directo às peças em reserva, objectos expostos, exposições, programação geral.

A equipa do sector terá de ter em conta o número de funcionários e colaboradores internos e externos e que formação profissional académica e profissional têm os membros.

O orçamento específico do sector educativo deve ser gerido pelo serviço, de acordo com a programação anual/bianual/trienal. Todos os equipamentos e espaços físicos têm de ser também levados em consideração. Quais os recursos materiais disponíveis – colecções, produtos, programas, espaços, equipamentos, materiais e documentos de apoio logístico/pedagógico/metodológico.

3.5. Marketing e canais de comunicação

O objectivo da divulgação externa é alargar o leque de visitantes, desenvolver a comunicação com a comunidade, informar, partilhar. A existência de um departamento de *marketing* poderia trabalhar para este fim no aconselhamento e execução de estratégias.

Apresentam-se alguns exemplos de canais de divulgação, que podem ser utilizados.

Quadro 2 – Canais e suportes de divulgação

Canais	Suportes
• Contacto directo	• Boca a boca
• Correio postal ou electrónico	• Carta, fax, e-mail • Materiais de apoio, <i>newsletter</i>
• Internet	• Website
• Publicidade nos meios de comunicação	• Flyers, convites, cartazes, <i>mupis, outdoors</i>
• Imprensa	• Folheto de impresso do SE • Publicidade

As publicações que suportam o sector de educação têm de incluir panfletos e brochuras de divulgação. As edições para especialistas da área educativa nos museus, como professores e alunos que vistam em grande número estas instituições, são também muito importantes. No entanto, o ideal será criar produtos de divulgação para todos os grupos, sendo um dos recursos muito importantes para a visibilidade e credibilidade do museu.

3.6. Projecto de Avaliação

A avaliação em ambiente museológico é concebida como um processo sistemático que, utilizando várias metodologias, recolhe e analisa determinados dados (Korn, 1989: 219).

A avaliação é essencial porque gera o *feedback* dos resultados do trabalho, sustenta a reflexão sobre a prática, melhora a qualidade dos projectos e apresenta resultados concretos que servirão para aferir o valor dos mesmos.

As duas abordagens utilizadas na avaliação ou estudos de públicos em museus, são emprestadas da área das ciências sociais (Korn, 1989: 219), e são normalmente denominadas de “Paradigma Científico” e “Paradigma Naturalístico”. O primeiro recorre a uma abordagem quantitativa e mais orientada para a recolha de estatísticas no estudo das audiências. Engloba um conjunto de metodologias com uma orientação prévia, cientificamente definida sobre que objectivos e que respostas se pretendem atingir.

O segundo, considerado mais subjectivo, pretende avaliar ou compreender todo o processo. As metodologias são qualitativas, baseadas na observação e descrição (Korn, 1989: 222). Segundo o nosso entendimento, esta abordagem procura compreender o visitante e a sua relação com o museu e com os programas educativos disponíveis, mais do que avaliá-lo ou quantificá-lo.

A colaboração entre os dois paradigmas acima descritos será o caminho a seguir para uma avaliação mais global e humanizada.

Dentro dos referidos paradigmas escolheremos as metodologias a utilizar em cada fase de avaliação do processo. A fase de diagnóstico ou prévia (*front-end*), a formativa e a sumativa.

No que diz respeito à avaliação prévia, como o próprio nome indica, ela é efectuada antes de se iniciar o processo, no início de um programa ou actividade. Servirá essencialmente para melhor planear e delinear os projectos, levando-os ao encontro dos interesses e expectativas do futuro e hipotético visitante.

Designa-se por formativa, uma avaliação que decorre em simultâneo à actuação. O objectivo é monitorizar e prevenir falhas durante o processo. Designa-se por final, ou sumativa, o tipo de avaliação que é efectuada após a realização do projecto. Queremos saber se o programa foi eficaz, se pode continuar ou se deve terminar (Korn, 1989: 223).

De acordo com tudo o que foi referido no desenvolvimento deste trabalho, e com base na leitura dos trabalhos de Korn (1989) e Hood (1986), devemos estruturar um projecto de avaliação, que em linhas gerais se possa aplicar ao sector de educação e projecto educativo do Museu do Côa, com a seguinte sequência:

- 1.^a Fase: Identificar metas (o que pretendo saber);
- 2.^a Fase: Reunir informação sobre o problema/identificar objectivos;
- 3.^a Fase: Seleccionar métodos e instrumentos de recolha de dados adequados e fiáveis;
- 4.^a Fase: Definir a amostra;
- 5.^a Fase: Definir o formato e a estrutura de apresentação dos resultados;
- 6.^a Fase: Planificar e agendar os processos;
- 7.^a Fase: Verificar recursos necessários e orçamentar;

- 8.^a Fase: Envolver a equipa;
- 9.^a Fase: Interpretar os resultados;
- 10.^a Fase: Apresentar resultados/expor conclusões e propostas.

O nosso projecto deverá seguir sempre esta estrutura sequencial, durante todas as fases de avaliação e quaisquer que sejam as metodologias utilizadas.

Apresentamos aqui, de modo a simplificar a leitura das várias metodologias propostas, três quadros que correspondem à avaliação *front-end*, formativa e sumativa.

A primeira fase define uma avaliação de diagnóstico (*front-end*). É imprescindível, antes de tudo, conhecer as necessidades, interesses e expectativas do público potencial do museu, nomeadamente quais as experiências que o visitante espera do seu serviço educativo. Este tipo de avaliação deverá idealmente coincidir com a definição da própria política global da instituição, não deixando também de se utilizar na definição do projecto educativo e do plano de acção (programação).

Existem alguns dados que podem ser utilizados nesta avaliação. Dados do PAVC que foram já publicados (Gonçalves, 2001) e que, apesar de padecerem de uma desactualização devido à sua antiguidade, nos oferecem alguns instrumentos de análise importantes em relação ao visitante da arte rupestre do Vale do Côa. Existem também alguns questionários a decorrer nos Centros de Recepção do PAVC, cujos resultados não foram ainda avaliados, mas que posteriormente podem ser levados em consideração nesta primeira análise.

Considerámos também recorrer a uma análise SWOT, juntando um grupo com responsabilidades no PAVC e no museu, com conhecimento da realidade do património e da gestão do Parque.

As reuniões de grupo, afectas a uma abordagem naturalística, deverão integrar até dez indivíduos, especialistas e consultores na área educativa. Alguns deles deverão ser oriundos do meio académico e científico, tal como coordenadores de sectores educativos de museus. Neste grupo deveremos incluir também professores e outros membros da comunidade educativa local.

Com a comunidade educativa local e não só, trabalharemos entrevistas não estruturadas, presenciais e com respostas abertas, mantendo um ambiente informal.

Quadro 3 – Avaliação *Front-End*

Avaliação Front-End		
Método	Paradigma Naturalístico	Paradigma Científico
SWOT do PAVC	-	-
Análise dos inquéritos do PAVC		X
Reuniões de grupo	X	
Entrevistas não estruturadas para a comunidade educativa	X	

A avaliação formativa é processual e quando a colocarmos em prática deveremos ter o nosso programa de actividades em pleno funcionamento. Torna-se aqui mais difícil definir os métodos, pois o programa de actividades surgirá do espólio, do património exposto e do próprio conceito de museu, tal como da diversidade de recursos que estejam ao dispor do sector de educação.

A observação e o registo de um ponto de vista mais naturalístico, tal como a observação sistemática, que permite fazer uma abordagem mais científica, deverão ser os métodos utilizados nesta fase. A segunda permite uma categorização e a identificação de padrões, sendo por isso mais orientada. Os dois tipos de observação podem ser conciliáveis, em fases distintas. Ambas poderão ser aproveitadas numa fase posterior para a avaliação sumativa.

Os questionários servirão para começar a recolher alguns dados sobre audiências, provavelmente quase no final das actividades.

Quadro 4 – Avaliação formativa

Avaliação Formativa		
Método	P. Naturalístico	P. Científico
Técnicas de Observação	X	
Entrevistas não estruturadas	X	
Questionários		X
Observação sistemática		X

A fase sumativa utilizará, naturalmente, os dados reunidos durante o processo, desde os dados dos questionários aos da observação sistemática.

Utópicas serão as entrevistas por telefone, se considerarmos os meios normalmente ao dispor dos museus em Portugal, mas ainda assim propomos esse método.

Não obstante a interpretação que os responsáveis farão dos resultados, talvez fosse útil e interessante reunir de novo o primeiro grupo de trabalho, com os mesmos elementos.

Quadro 5 – Avaliação sumativa

Avaliação Sumativa		
Método	P. Naturalístico	P. Científico
Questionários		X
Entrevistas pelo telefone		X
Observação sistemática		X
Reuniões de grupo	X	

A avaliação constitui um ponto de honra de qualquer projecto, por isso é essencial que o projecto seja elaborado por especialistas na área, não deixando para o técnico do museu, seja ele de serviço educativo ou não, a coordenação solitária de projectos de avaliação. Ele deve fazer parte da equipa, mas não tem normalmente formação para fazer entrevistas, elaborar questionários, elaborar estudos estatísticos, etc.

Desta forma, terão de ser encontradas parcerias com Centros de Estudos Sociais de Universidades, apoiando a realização de teses de mestrado ou licenciatura que possam servir ambas as partes. No caso de existirem recursos financeiros, consultores e empresas de estudo de mercado podem entrar neste projecto.

3.7. Programa de Actividades

A política educativa aqui desenhada será o ponto de partida para o desenvolvimento de um plano de acção, com uma programação efectiva, para a qual podemos avançar já algumas metas essenciais. As metas enunciam aquilo que se pretende alcançar num período mínimo de três anos e têm de ser realistas, apropriadas, sustentáveis e limitadas.

Metas:

- ▶ Valorizar, divulgar e animar o património cultural do Vale do Côa;
- ▶ Promover a qualidade das aprendizagens e alargá-las a vários segmentos da população;
- ▶ Promover o uso criativo do museu e da sua colecção;
- ▶ Aumentar a oferta de propostas de acção educativa para o público em idade escolar;
- ▶ Motivar a comunidade escolar local, educadores, professores e famílias para a participação activa nas propostas de acções;
- ▶ Encorajar o estudo e conhecimento da Pré-história;
- ▶ Proporcionar formação contínua, na área, aos funcionários da instituição;
- ▶ Aumentar o número de visitantes no Vale do Côa como consequência directa do programa educativo;
- ▶ Promover projectos de avaliação;
- ▶ Divulgar as actividades de modo a cativar mais visitantes;
- ▶ Desenvolver propostas de projectos a realizar em colaboração com a comunidade escolar local;
- ▶ Disponibilizar materiais de apoio para professores, alunos e investigadores, de forma a aprofundar o conhecimento do Património do Vale do Côa;
- ▶ Proporcionar formação e apoio a professores;
- ▶ Disponibilizar instalações para encontros, congressos, *fora*, etc. sobre a temática da educação;

- Dar a conhecer os resultados da investigação sobre a arte rupestre e sobre o modo de vida das Sociedades que a produziram.

A proposta que se segue, é apenas um pequeno esboço do que poderá vir a ser o programa de actividades. Alguns modelos funcionam positivamente no PAVC e podem funcionar no museu, outros são ideias que terão de ser fundamentadas num plano de acção educativa, definindo o público-alvo de cada actividade e descrevendo o seu completo funcionamento.

À excepção dos projectos que contemplam actividades sazonais, as outras actividades descritas serão regulares e funcionariam em períodos de um ano, sujeitas a avaliação formativa.

Quadro 6 – Programa de actividades

Programa de Actividades			
Actividades de longa duração (anuais); Actividades de média e curta duração (trimestrais e semestrais); Actividades que acompanhem festividades; Temas Sazonais e anuais; Projectos educativos*.			
Acção			
Visitas guiadas	Serviço de apoio à visita	Actividades lúdico-pedagógicas	Projectos
• Visitas para o público em geral; • Visitas temáticas para grupos escolares; • Visitas temáticas para outros grupos-alvo; • Visita ao território.	• Disponibilidade para orientação pedagógica na preparação de visitas; • Disponibilidade para consultoria pedagógica na preparação de exposições e outras actividades; • Disponibilidade de materiais de apoio à preparação das visitas por parte dos professores (Internet, fax); • Contactos e propostas de trabalho entregues nas escolas locais.	• Actividades dirigidas ao público infantil e juvenil, inserido em visita de estudo, ou outros grupos, mediante marcação*: • Jogos didácticos; • Sessões de contos sobre arte rupestre e os seus autores, para escolas do concelho (1.º ciclo); • Ateliers de Arqueologia experimental; • Ateliers de arte e expressão plástica; • Ateliers de olaria (Sta. Comba de Foz Côa); • Ateliers de práticas arqueológicas; • Jogo "O túnel do tempo" e conversa com o último gravador vivo, o Sr. José António Seixas.	• Projectos para iniciativas esporádicas que possam ter lugar nos espaços do museus ou em espaços exteriores à instituição; • Uma exposição didáctica sobre os pombais tradicionais; • Colaboração em exposições, congressos ou outro tipo de eventos; • Workshops para técnicos de serviço educativo e professores; • Projecto o "Côa na escola".

4. Brevíssimas notas finais

Este é o resultado de uma investigação, análise e reflexão motivada pelo interesse na área em questão, a Educação nos Museus, à paixão pelo património do Vale do Côa e ao desejo de contribuir para a sua valorização.

O objectivo, talvez ambicioso, talvez inatingível, é, através deste documento mais teórico, definir a política educativa e contribuir para a construção de alguns pontos de partida para o futuro plano de acção educativa, projectos educativos e programas de actividades do Museu Côa. O território e o património que o museu vai servir, assim o exigem.

Bibliografia

- BAPTISTA, António Martinho (1999) – *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa: Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. (2000) – *Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Lanham; New York; Oxford; Walnut Creek; Altamira Press.
- FLEMING, David (2002) – Política educativa: Objectivos. In *Encontro de Museus e Educação: Actas (Lisboa, 10 e 11 de Setembro)*. Lisboa: IPM.
- GONÇALVES, Maria Eduarda, ed. (2001) – *O Caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- HEIN, George (1989) – *Learning in the Museum*. London; New York: Routledge.
- HERNANDÉZ HERNANDÉZ, Fernando (2000) – *Educación y cultura visual*. Barcelona: Octaedro.
- HOOD, Marilyn G. (1986) – Getting Started in Audience Research. *Museum News*. 64: 3, pp. 24-31.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean, ed. (1991) – *Writing a Museum Education Policy*. Leicester: Department of Museum Studies, University of Leicester.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (1999) – *The Educational Role of the Museum*. London; New York: Routledge.
- KORN, Randi (1989) – Introduction to Evaluation: Theory and Methodology. In BERRY, N.; MAYER, S, eds. – *Museum Education: History, Theory and Practice*. Virginia: National Art Education Association, pp. 219-238.
- REAL, Fernando (2004) – Dados para a história de um projecto. In *Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: Concurso para o projecto*. Lisboa: Librus; Instituto Português de Arqueologia, p. 9-11.
- SILVA, Susana Gomes da (2003) – Museu e Escola: Por uma relação privilegiada. *Revista I Fernão: Revista da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto*. 17: Janeiro, pp. 20-25
- ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino; BAPTISTA, António Martinho; GOMES, Mário Varela; MEIRELES, J. (1997) – The Rock Art of the Côa Valley (Portugal) and its Archaeological Context: First Results of Current Research. *Journal of European Archaeology*. Oxford. 5:1, pp. 7-49.

Sites consultados

- Lusa (08/01/2007) – *Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa começou a ser construído*. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/index.php?article=265860&visual=6>> [Citado em 26 de Janeiro de 2007, 17.34h].